

OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Volume 1

Conceitos e aspectos metodológicos

Embrapa



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Alimentos e Territórios
Ministério da Agricultura e Pecuária**



Volume 1

Conceitos e aspectos metodológicos

Aluísio Goulart Silva
Lydayanne Lilás de Melo Nobre
Fabiano Marçal Estanislau
Renata Kelly da Silva
João Roberto Correia

Embrapa
Brasília, DF
2025

Embrapa

Parque Estação Biológica
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Responsável pelo conteúdo e editoração

Embrapa Alimentos e Territórios
Rua Cincinato Pinto, nº 348, Centro,
57.020-050 Maceió, AL
www.embrapa.br/alimentos-e-territorios

Comitê Local de Publicações

Presidente: *Ricardo Elesbão Alves*

Secretária-executiva: *Mara Angélica Petrocchi*

Membros: *Edy Sousa de Brito, Fernando Fleury Curado, Gustavo Porpino de Araujo, João Gomes da Costa, Moacir Haverroth, Renata Kelly da Silva e Semíramis Rabelo Ramalho Ramos*

Edição executiva: *Mara Angélica Petrocchi*

Revisão de texto: *Nadir Rodrigues*

Projeto gráfico: *Luciana Fernandes*

Diagramação: *Luciana Fernandes e Joel C. M. Júnior*

Foto Capa: *Elias Rodrigues*

1ª edição

Publicação digital (2025): PDF

1ª impressão (2025): 500 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Paisagens Alimentares : conceito e aspectos metodológicos / Aluísio Goulart Silva ... [et al.]. – Brasília,
DF : Embrapa, 2025.

PDF (37 p.): il. color. – (Paisagens Alimentares / Paisagens Alimentares como estratégia de
desenvolvimento territorial , 1).

ISBN 978-65-5467-175-0 (digital)

ISBN 978-65-5467-174-3 (impressa)

1. Turismo sustentável. 2. Crescimento econômico. 3. Inovação social. 4. Nordeste brasileiro. 5.
Patrimônio comunitário. I. Silva, Aluísio Goulart. II. Nobre, Lydayanne Lilás de Melo. III. Estanislau, Fa-
biano Marçal. IV. Silva, Renata Kelly da. V. Correia, João Roberto. VI. Embrapa Alimentos e Territórios.
VII. Título. VIII. Coleção.

CDD (21. ed.) 338.9981



Autores

Aluísio Goulart Silva

Zootecnista e gastrólogo, doutor em Ciência e Tecnologia Agrária, Ambiental e Alimentar, analista da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL.

Lydayanne Lilás de Melo Nobre

Turismóloga, engenheira-agrônoma e gestora ambiental, doutora em Agronomia, bolsista (Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento), na Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL.

Fabiano Marçal Estanislau

Jornalista e relações-públicas, mestre em Estudos Culturais, analista da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL.

Renata Kelly da Silva

Jornalista, mestre em Administração de Organizações, analista da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL.

João Roberto Correia

Engenheiro-agrônomo, doutor em Agronomia, pesquisador da Embrapa, Gerência-Geral de Inovação, Negócios e Transferência de Tecnologia, Brasília, DF.



Foto: Elias Rodrigues

Trilha das marisqueiras, Sirinhaém - PE.



Apresentação

Esta publicação representa o esforço coletivo da Embrapa, parceiros e beneficiários do projeto Paisagens Alimentares, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento (Faped), para estabelecer estratégias de valorização territorial a partir da abordagem da multifuncionalidade da agricultura. As funções paisagística e ambiental, aqui consideradas, somam-se à função produtiva para estimular a diversificação da economia rural e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento territorial com inclusão socioprodutiva de comunidades rurais.

Trata-se de um projeto de pesquisa e desenvolvimento com foco no território e na inovação social, conduzido de forma participativa. A iniciativa proporcionou a criação de vínculos entre o meio rural e o urbano, contribuindo para o fortalecimento de modelos de organização social que valorizam sistemas alimentares diversos e sustentáveis. Buscou-se estruturar um modelo de governança participativa voltado à promoção do turismo de base comunitária, fundamentado no conceito de paisagens alimentares. Esse esforço se concretizou na criação de uma rede sociotécnica denominada Territórios dos Saberes e Sabores, que integra as comunidades participantes.

As comunidades beneficiárias do projeto agora têm a oportunidade de contar suas histórias e a história de seus territórios por meio de experiências turísticas únicas e autênticas. Passaram a compreender o sentido de pertencimento e a valorizar aquilo que o território oferece, como seus recursos naturais, a culinária e os patrimônios culturais materiais e imateriais que compõem as paisagens alimentares nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe.

O conceito de paisagens alimentares constitui um marco referencial no campo do desenvolvimento territorial e da inovação social, podendo ser replicado em diversas regiões do Brasil para promover territórios com potencial para o turismo de base comunitária.

João Flávio Veloso Silva

Chefe-Geral da Embrapa Alimentos e Territórios



Foto: Elias Rodrigues

Experiência da cata de marisquinho.



Introdução

Enxergar a paisagem rural para além das potencialidades da produção agrícola, pecuária e de práticas extrativistas foi o grande desafio da aplicação do conceito de paisagens alimentares como estratégia para promover o desenvolvimento territorial sustentável, visando à inclusão socioproductiva de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em Alagoas, Sergipe e Pernambuco.

Esse desafio se concretizou por meio da execução do projeto intitulado Potencializando o turismo sustentável em Paisagens Alimentares da Região Nordeste do Brasil nos cenários de mudanças climáticas e pós-pandemia da Covid-19, ou simplesmente Paisagens Alimentares, desenvolvido no âmbito da Cooperação Técnica (ATN/OC-1468-BR) firmada entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Embrapa Alimentos e Territórios, com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento (Faped).

A multifuncionalidade assume um papel de promover a diversificação da economia rural e a qualidade de vida das pessoas, a partir de ações voltadas para a promoção de atividades recreativas por meio do turismo no meio rural.

O objetivo principal da cooperação técnica foi apoiar a Embrapa no desenho e na promoção de um marco estratégico para o desenvolvimento territorial a partir do turismo sustentável, com ênfase na valorização, proteção e resiliência ambiental, bem como na inovação social dos atores que compõem as paisagens alimentares selecionadas nos três estados nordestinos. Assim, as ações



previstas estão alinhadas à Meta 8.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O conceito de paisagens alimentares ocupa um papel central no projeto, fundamentado na lógica da multifuncionalidade da agricultura. Essa abordagem propõe uma visão holística da paisagem, em que a

produção e/ou o extrativismo de produtos agroalimentares devem ser compreendidos como parte de um todo maior. Em outras palavras, não se trata de atividades econômicas isoladas, mas complementares a diversas outras, muitas das quais envolvem atores que não estão diretamente ligados à produção de alimentos, como os que atuam nas áreas do turismo e da cultura no meio rural.

O turismo é incorporado ao escopo do projeto como um elemento catalisador do desenvolvimento territorial, por sua capacidade de estimular o surgimento de diversas outras atividades econômicas associadas à cadeia turística (Roque, 2013). Pode ser considerado um instrumento fundamental para salvaguardar e promover as manifestações culturais dos territórios, bem como para conservar os recursos naturais, por meio de seu uso responsável. Além disso, contribui para a transformação social a partir do desenvolvimento econômico gerado em nível local, e assegura a permanência da população no meio rural.

Esta coleção sobre Paisagens Alimentares serve como referência para agentes públicos e privados que queiram aplicar este conceito em projetos de desenvolvimento territorial sustentável, a partir das conexões entre territórios, pessoas, recursos naturais e agrícolas, turismo e gastronomia. Traz conceitos, orientações metodológicas, recomendações e exemplos práticos de ações realizadas em territórios selecionados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco.



O Projeto Paisagens Alimentares está alinhado às seguintes estratégias:

- estratégia institucional da Embrapa, contida no documento Visão 2030 – O Futuro da Agropecuária Brasileira (Embrapa, 2018), em especial às Megatendências Protagonismo dos consumidores e Agregação de valor nas cadeias produtivas agrícolas;
- estratégia institucional do BID, em especial com a Estratégia País Brasil 2019-2022, uma vez que contribui para o aumento da produtividade e inovação no País, identificando estratégias que permitirão agregar valor à produção de alimentos em associação com o turismo; também tem aderência ao tema transversal do BID Mudança climática e sustentabilidade do meio ambiente;
- premissas que norteiam o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do Brasil (Brasil, 2007), que são: abordagem territorial, integração e participação social, descentralização, sustentabilidade, inovação e competitividade;
- Plano Nacional de Turismo (PNT), instituído pela Lei Geral do Turismo, a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Brasil, 2008), que tem como objetivo promover o Brasil, tornar o País mais sustentável e criar todo tipo de ação que fomente o turismo brasileiro e seu Plano Plurianual de 2024-2027, em três eixos estratégicos: Eixo 1 - Desenvolvimento social e garantia de direitos; Eixo 2 - Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e Eixo 3 - Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania; e
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).



A abordagem turística adotada no projeto refere-se ao turismo sustentável de base comunitária (Sanchez, 2017; Moraes et al., 2024), o qual está intimamente vinculado ao patrimônio comunitário, entendido como um conjunto de valores e crenças, saberes e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, além de todas as formas de manifestações tangíveis e intangíveis associadas a um povo.

Por meio do turismo de base comunitária, as comunidades têm a oportunidade de apresentar seus modos de vida a partir de sua organização social, destacando suas identidades culturais e suas relações com os alimentos e com a natureza.

Esta publicação apresenta também reflexões sobre o papel da intervenção pública na promoção e na transformação estrutural, empreendedora e organizativa necessárias à adoção de um modelo de desenvolvimento territorial rural baseado na multifuncionalidade da agricultura (Figura 1). São ações capazes de orientar investimentos individuais e/ou coletivos, públicos e/ou privados,

além de contribuir com a formação e informação de atores em nível territorial, com destaque para públicos como agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais — pescadores artesanais, marisqueiras e comunidades extrativistas, como as catadoras de mangaba.

Adicionalmente, o texto oferece elementos para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação das oportunidades de inclusão socioproductiva para os públicos-alvo mencionados.

Por fim, esta publicação trata dos conceitos de multifuncionalidade da agricultura e de paisagens alimentares, das conexões entre o turismo rural sustentável e as paisagens alimentares, bem como dos principais aspectos metodológicos necessários à multiplicação desse ferramenta em outras realidades brasileiras que compartilhem objetivos semelhantes — ou seja, a promoção do desenvolvimento territorial e da inclusão socioproductiva de povos e comunidades em situação de vulnerabilidade, em territórios com potencial turístico.

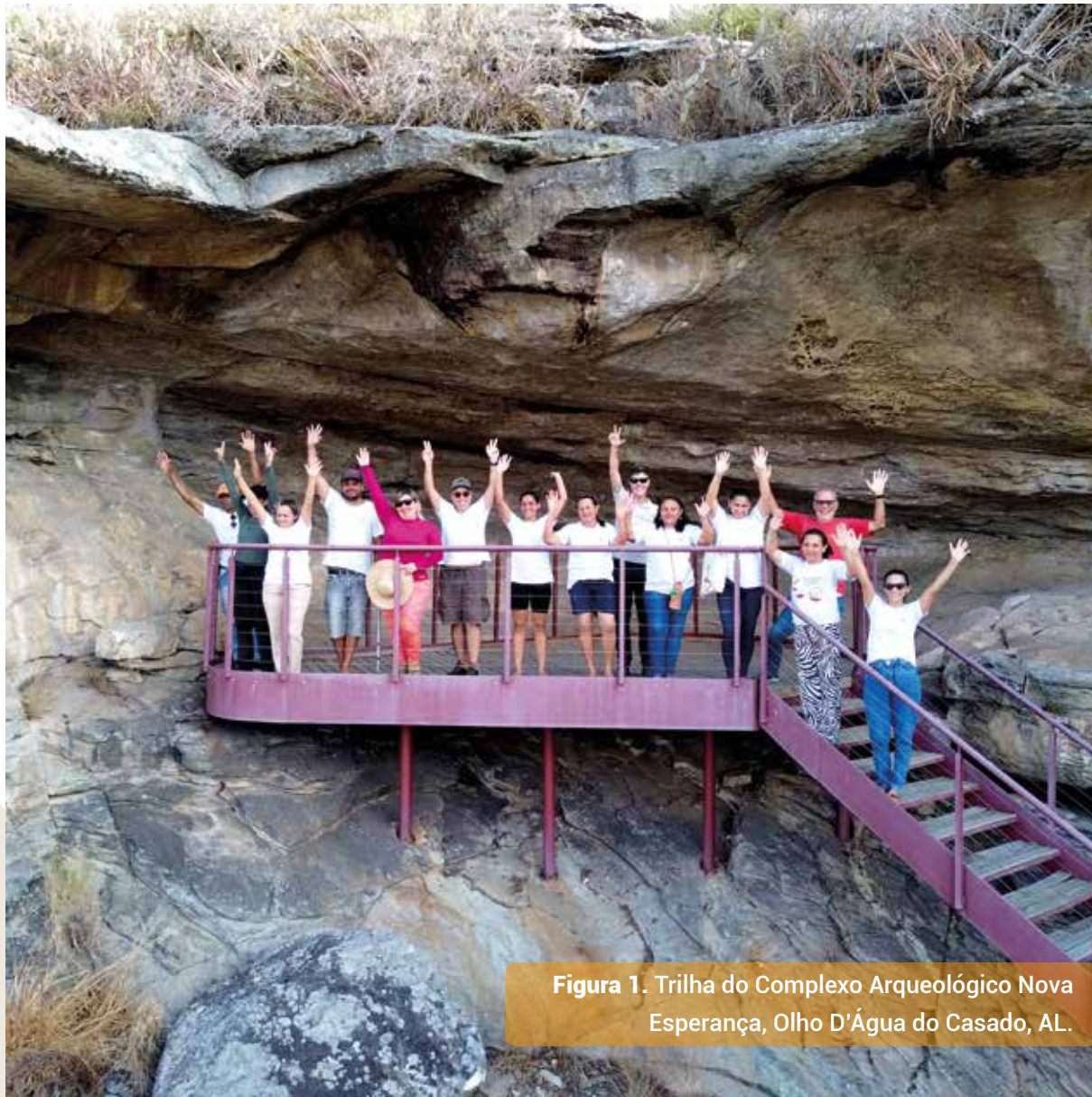


Figura 1. Trilha do Complexo Arqueológico Nova Esperança, Olho D'Água do Casado, AL.



Foto: Elias Rodrigues



Especialidades culinárias da Serra das Pias, em Palmeira dos Índios, AL.



Multifuncionalidade da agricultura

O conceito de multifuncionalidade da agricultura surgiu na Europa e se consolidou com o objetivo de promover uma agricultura que desenvolvesse suas funções paisagísticas, ambientais e sociais (Casini, 2009).

[...] o papel da agricultura não coincide somente com a produção de bens ao menor custo [...]. A agricultura fornece serviços que são ligados ao território e assumem principalmente um caráter de bens públicos [...]. As funções da agricultura referem-se à salvaguarda, gestão e valorização da paisagem rural, à proteção do meio ambiente, à contribuição à vitalidade das áreas rurais [...]. (Casini, 2009, p. 6).

Considerar a multifuncionalidade da agricultura é reconhecer e valorizar bens e serviços originados da produção agrícola que não se enquadram como commodities e que justificam intervenções públicas sob a

ótica da maximização do bem-estar social. Trata-se, portanto, de atribuir à agricultura funções que assumem o caráter de bens públicos e que nem sempre são devidamente reconhecidos economicamente pelo mercado. Exemplos dessas funções incluem: a salvaguarda e valorização da paisagem e do patrimônio cultural; a melhoria da qualidade e da segurança dos alimentos; a prevenção de riscos naturais; a preservação da biodiversidade; o controle da erosão e da emissão de gases de efeito estufa; o bem-estar animal; o uso sustentável dos recursos hídricos; a manutenção da ocupação do espaço rural; e a contribuição da agricultura para o desenvolvimento equilibrado das áreas rurais.

A multifuncionalidade está diretamente vinculada à atividade agrícola, a qual, por sua vez, está associada ao conjunto de fatores produtivos e à própria terra. Ela pode desempenhar um papel central na revisão



da lógica de ação individual e coletiva, bem como na formulação de novos modelos de políticas públicas para o meio rural, que busquem maior coerência com as funções consideradas socialmente desejáveis. Para isso, é essencial adotar uma visão holística do território rural, concebido como um espaço geográfico onde se realizam diversas atividades econômicas e sociais, para além da produção agrícola em sentido estrito.

A lógica territorial pressupõe uma diversidade de funções – produtiva, recreativa, ambiental, paisagística, habitacional – que podem reforçar ou enfraquecer o caráter multifuncional da agricultura, a depender do contexto. Assim, compreende-se que a função produtiva (atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas) faz parte de um conjunto mais amplo. Não se trata, portanto, de uma atividade econômica isolada, mas complementar a diversas outras. Da mesma forma, os atores envolvidos não estão necessariamente ligados diretamente à produção de alimentos, como é o caso de empreendedores de atividades turísticas em áreas rurais, a exemplo do ecoturismo, hotéis-fazenda, restaurantes rurais, entre outros.

Essa perspectiva revela, por um lado,

o desafio de escala, que exige um número mínimo de atores envolvidos no mesmo processo produtivo de bens e/ou serviços – condição essencial para que uma atividade turística se consolide em determinado território com potencial para se firmar como destino turístico. Por outro lado, evidencia a necessidade de coordenação entre os indivíduos participantes na produção dessas funções, por meio de uma estratégia de governança construída de forma coletiva. Essa articulação é considerada um ponto crítico para o efetivo desenvolvimento territorial.

Estratégias de valorização da paisagem

Para definir estratégias de valorização da paisagem, com base na multifuncionalidade da agricultura, é fundamental partir de uma análise de aptidão econômica do território e da identificação dos diferenciais que se pretende destacar no contexto local.

■ Destacar a qualidade dos produtos agroalimentares – É essencial considerar a qualidade dos produtos agroalimentares em todas as suas dimensões (Figura 2). No mínimo, deve-se garantir a qualidade higiênico-sanitária, assegurando alimentos se-



Figura 2. Beijus tradicionais de São Cristóvão, SE



Na lógica da multifuncionalidade da agricultura, a unidade de observação deixa de ser a agricultura stricto sensu enquanto unidade produtiva e passa a ser a família rural como uma unidade social, pois há outras atividades econômicas associadas para além da produção agrícola e/ou pecuária. (Bonnal et al., 2008)

guros aos visitantes e consumidores. Além disso, outros atributos de qualidade devem ser evidenciados, como os relacionados à sustentabilidade dos processos produtivos (produtos orgânicos, agroecológicos), à origem (produtos com indicação geográfica), à comercialização (cadeias curtas), entre outros mecanismos que contribuem para o valor agregado dos produtos e para a valorização da paisagem.

■ Compreender o perfil da unidade social – O primeiro passo é analisar o tipo de vínculo

existente entre os elementos da produção no nível da unidade social. Isso envolve a identificação dos produtos principais (de caráter privado), que garantem minimamente a renda familiar, e dos produtos e serviços associados, com características de bens públicos (em nível territorial).

■ Valorizar o patrimônio material e imaterial – É preciso lançar luz sobre os patrimônios materiais e imateriais associados ao território. Alimentos identitários, que expressam a cultura alimentar local, podem ser valorizados tanto por sua qualidade intrínseca quanto pelas técnicas tradicionais de preparo – o saber-fazer. Esses alimentos tornam-se símbolos culturais, carregando significados próprios e desempenhando papel fundamental na narrativa da história e da identidade do lugar.

■ Ver a paisagem como patrimônio (Figura 3) – Em nível territorial, o valor da paisagem pode estar associado aos recursos naturais característicos do local, ao patrimônio cultural material e imaterial, bem como à reputação quanto à qualidade dos alimentos reconhecidos como produtos locais. A paisagem,

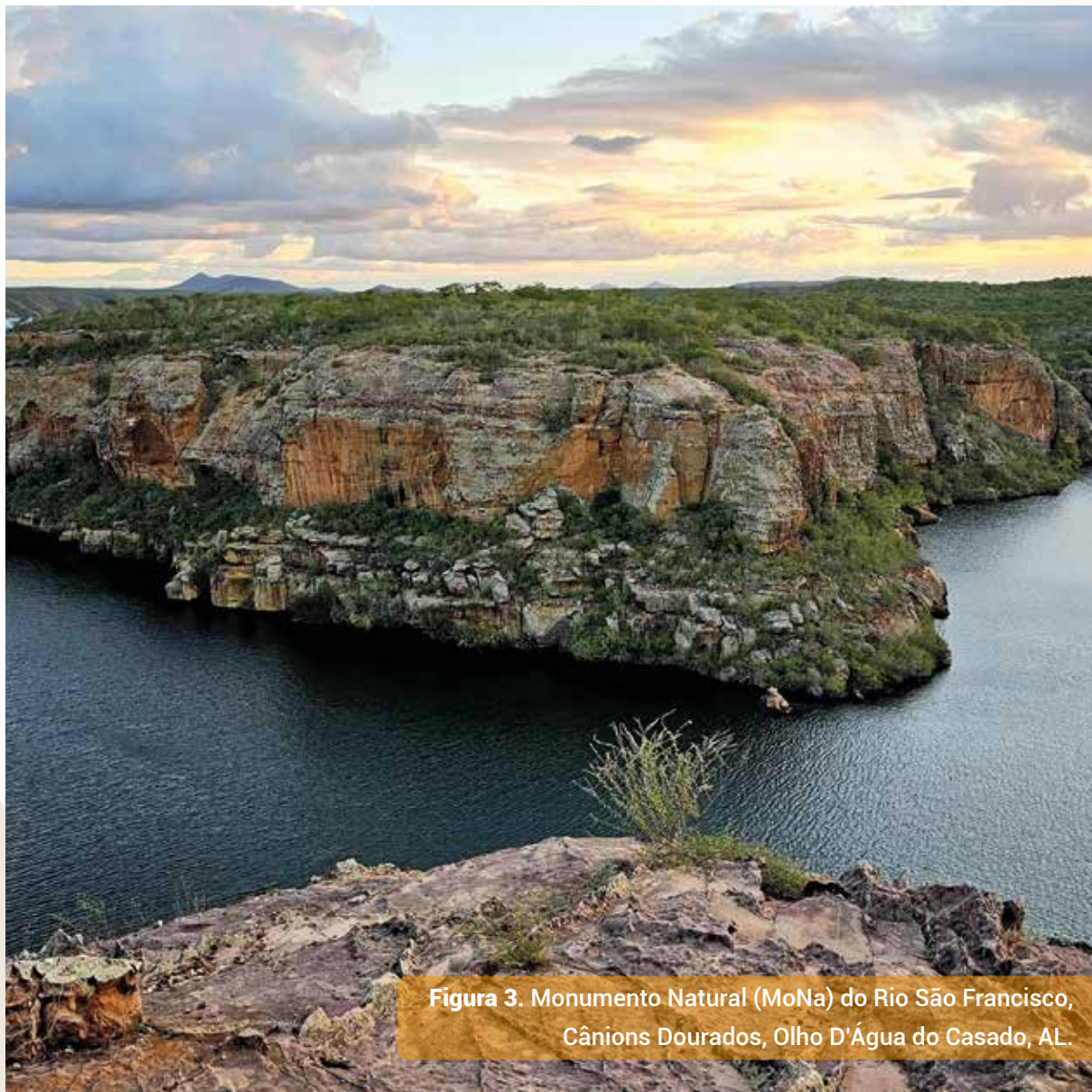


Figura 3. Monumento Natural (MoNa) do Rio São Francisco, Cânions Dourados, Olho D'Água do Casado, AL.



nesse contexto, transcende o aspecto visual: ela passa a ser entendida como expressão de uma identidade coletiva, enraizada nas práticas culturais, saberes tradicionais e modos de vida locais.

■ Apresentar as pessoas como protagonistas da paisagem – O papel das pessoas como guardiãs dos saberes e fazeres tradicionais é essencial para a valorização dos produtos típicos e tradicionais do território. São elas que mantêm vivas as práticas culturais e que conectam o território à sua história. Ao reconhecer os atores locais como protagonistas, fortalece-se o sentido de pertencimento e estimula-se a valorização dos produtos e serviços baseados em sua autenticidade e singularidade.

■ Considerar outros elementos agregadores – A valorização territorial também depende de fatores complementares, como a infraestrutura local, que influenciam diretamente a experiência dos visitantes e o potencial turístico da região. Entre esses elementos, destacam-se o acesso viário, a conectividade digital, a sinalização turística, a segurança pública, e as estruturas de

hospedagem e alimentação. Esses quesitos, frequentemente apontados como determinantes na escolha de destinos turísticos, contribuem para ampliar o tempo de permanência e a satisfação dos visitantes.

Para estabelecer estratégias de valorização da paisagem, é importante, ainda, observar a relação tecnológica no contexto produtivo, de modo que a atividade principal não seja prejudicada, perca competitividade ou corra o risco de ser substituída por outra menos funcional ou que não se alinhe aos princípios da multifuncionalidade. Em outras palavras, o ideal é que a produção principal de bens privados (como os produtos agroalimentares) possa coexistir de forma complementar e sinérgica com os bens públicos potencialmente exploráveis na paisagem – seja na unidade social ou no território como um todo. Essa diretriz está em consonância com a Meta 2.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Percebe-se, portanto, que a multifuncionalidade é um fenômeno complexo. Ainda mais complexos são os sistemas agrários dela decorrentes. Nesse conjunto de eventos relacionados à unidade social e ao



sistema agrário territorial, forma-se um emaranhado de inter-relações entre diversas funções, que podem se manifestar de maneira negativa (quando há competição entre funções) ou positiva (quando existe sinergia entre elas). Diante disso, é fundamental propor estratégias de atuação que gerem benefícios para a maioria dos atores locais.

Multifuncionalidade versus diversificação

Uma das estratégias mais eficazes para promover benefícios amplos à coletividade é adotar um modelo de governança que privilegie a visão coletiva em detrimento da perspectiva individualizada. Isso pode ser alcançado por meio da promoção de projetos coletivos que valorizem ações ambientais e de diversificação, assegurando escala adequada em nível territorial e estimulando a inclusão de uma diversidade maior de atores.

A diversificação pode ser compreendida como a ampliação do leque de atividades produtivas e/ou extrativistas realizadas no âmbito da unidade social,

A valorização de paisagens alimentares exige uma visão coletiva em detrimento da visão individualizada; é um processo dinâmico e requer construção participativa.



Arte: Luciana Fernandes



em relação ao núcleo tradicional de práticas – geralmente ligado à produção de alimentos, fibras, entre outros. Trata-se de uma estratégia produtiva que busca transformar, em valor de mercado, diferentes manifestações da multifuncionalidade: por exemplo, a valorização da paisagem ou da ruralidade no contexto do turismo rural, ou, ainda, manifestações da agrobiodiversidade traduzidas em serviços educativos, produção artesanal, entre outros.

A relação entre multifuncionalidade e diversificação pode ser interpretada de duas maneiras complementares: (1) a multifuncionalidade como ferramenta de diversificação e (2) a diversificação como instrumento de funcionalidade. Em ambas as abordagens, o essencial é que as ações desenvolvidas nos territórios contribuam para fortalecer a multifuncionalidade – e não apenas valorizem os produtos dela derivados.

Para tanto, a multifuncionalidade exige uma forte capacidade de inovação – seja por parte dos indivíduos e comunidades (inovação social), dos empreendimentos, das estruturas de governança ou das políticas públicas. Isso implica o desenvolvimento de novas competências e conhecimentos,

É fundamental prever uma ampla programação de capacitações em busca de soluções de maneira participativa e promover trocas de conhecimentos e experiências que visem o preparo dos atores locais para os desafios e as oportunidades encontradas ao longo do percurso, priorizando a sua autonomia.

habilidades em elaboração e gestão de projetos, introdução de novas atividades, adaptação do uso dos recursos disponíveis com base em eventuais inovações tecnológicas, além da ampliação das relações com o mercado e com os demais atores territoriais – por meio de atuação em rede (Figuras 4 e 5).

Adicionalmente, do ponto de vista de posicionamento de mercado, esse processo requer uma mudança de mentalidade



Figura 4. Atuação em rede: roda de conversa da 1ª Feira da Rede Territórios dos Saberes e Sabores.



GARANTE A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS

Diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais se manterem no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de baixa renda para amplos segmentos da população; a atividade agrícola continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, apesar de um bom número delas auferir pequena renda monetária com a produção agrícola própria.



PROMOVE A SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS E DA SOCIEDADE

A segurança alimentar é aqui considerada em termos das disponibilidade e do acesso a alimentos de qualidade e que reflitam a diversidade ecológica e cultural; no caso, cabe ressaltar a importância da reprodução voltada para o autoconsumo e as referências recorrentes pelo atores locais a essa função da agricultura, inclusive por aliviar a pressão do êxodo rural sobre os centros urbanos.



ASSEGURA A MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL

Contribuição decorrente das anteriores e também de fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais, a agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade e da inserção social das famílias rurais brasileiras; contudo, as expectativas quase sempre pessimistas quanto ao futuro da atividade agrícola contrapõem-se à intenção dos agricultores de permanecerem no campo ou “no lugar”, querendo diferenciar a relação deles com o (meio) rural e com a atividade agrícola.



ESTIMULA A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM RURAL

De um lado, o desempenho dessa função passa pelos conflitos entre o uso sustentável dos recursos naturais, a prática da agricultura (algumas tradicionais) nas unidades agrícolas familiares e aspectos da legislação ambiental; de outro lado, a preservação da paisagem é uma questão pouco ou quase nada tratada no Brasil, observando-se um menor grau de percepção no tocante à paisagem rural (mais do que a agrícola).

Figura 5. Benefícios da multifuncionalidade da agricultura.



por parte de todos os envolvidos. É preciso romper com a lógica centrada em produtos indiferenciados (*commodities*), cuja competitividade depende essencialmente do preço e da escala, e adotar uma lógica baseada na diferenciação e na exclusividade.

Nesse novo paradigma, a qualidade dos produtos e processos – como os agroalimentares e turísticos – é percebida como um diferencial relevante pelos consumidores e visitantes. Afinal, o objetivo é valorizar a paisagem, e o que se busca oferecer são experiências únicas e autênticas, enraizadas nos recursos e nas especificidades do próprio território (Figura 6).

Dessa forma, torna-se necessário planejar estratégias de ação que considerem a complexidade do comportamento e das motivações das pessoas – sejam elas financeiras, simbólicas, relacionadas à imagem ou à representatividade. É fundamental saber articular as diversas funções

presentes na unidade social e no território, reconhecendo e aproveitando as suas inter-relações. Nesse contexto, o fortalecimento do capital social e do capital territorial, assim como a animação do processo coletivo, são aspectos essenciais para gerar engajamento e sustentabilidade das ações.

As intervenções públicas, nesse cenário, desempenham um papel crucial ao promover a transformação estrutural, empreendedora e organizativa necessária para viabilizar um modelo de desenvolvimento territorial baseado na multifuncionalidade da agricultura. Essas intervenções podem direcionar investimentos – tanto individuais quanto coletivos –, fomentar processos formativos e informativos, e subsidiar a formulação de políticas públicas que ampliem o acesso a oportunidades concretas de inclusão socioproductiva.





Figura 6. Expressão da diversidade da paisagem do sertão alagoano, Olho D'Água do Casado, AL.



Conceito e aspectos metodológicos

O projeto Paisagens Alimentares propõe uma abordagem inovadora de pesquisa e desenvolvimento sobre territórios, territorialidade e inovação social, experimentando novas formas de relação entre os sistemas agroalimentares locais, as pessoas e o turismo no espaço rural. Um de seus principais desafios foi construir novos laços entre o rural e o urbano, a partir da proposição de modelos de organização social associados a processos produtivos capazes de mitigar externalidades negativas, como os impactos das mudanças climáticas sobre as atividades no meio rural.

Diante de suas características e complexidade, o projeto adotou como foco de atuação o território, compreendido aqui como um recorte espacial definido por relações de apropriação, de poder e de controle sobre recursos e fluxos, baseadas em dimensões políticas, econômicas e culturais. Trata-se de um conceito que ultrapassa os

limites geográficos ou administrativos, incorporando aspectos simbólicos, afetivos e identitários que moldam a dinâmica social e produtiva local.

O território é essencialmente o lugar de mediação entre os homens e sua cultura [...] é também o lugar de uma alteridade consentida [...] a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território [...] (Vasconcelos, 2024).

O ponto de partida para desenvolvimento de um conceito adaptado de paisagens alimentares baseou-se em:

[...] paisagens alimentares representam a construção da dinâmica social que relaciona comida a lugares, pessoas, significados, processos materiais e práticas, implicando um vínculo dinâmico entre cultura alimentar



(gosto, significado) e materialidade alimentar (estrutura social, paisagem física, ecologia), como contribuição para o entendimento do que vem conformando a alimentação em nossos dias e ecoando em contexto migratório (Johnston; Baumann, 2015).

Ao longo do desenvolvimento do projeto, ficou evidente que o elemento central do conceito está na compreensão de que as paisagens alimentares não são apenas espaços físicos, mas construções sociais vivas, em constante transformação, moldadas pelas práticas cotidianas, pelos ciclos da natureza e pelas narrativas coletivas.

Trata-se de uma nova visão sobre o alimento, conectado ao território e às pessoas, em que a história das comunidades se confunde com a cultura alimentar dos territórios.

Portanto, atuar nesses territórios requer sensibilidade para identificar e valorizar os elementos que compõem a memória e a identidade alimentar local, e, ao mesmo tempo, estratégias para sua proteção, promoção e transmissão.

[...] espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, e o território é enraizamento [...] O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano [...] (Bonnemaison, 2002).

As realidades dos diversos e multifacetados territórios do Nordeste brasileiro demonstram que os produtores e coletores de alimentos da agricultura familiar, bem como os povos e comunidades tradicionais, desempenham um papel-chave no processo de valorização territorial, na medida em que são os portadores de saberes e fazeres tradicionais associados à produção de alimentos e às condições ecológicas de cada território. São eles os principais guardiões das paisagens e, portanto, têm papel fundamental na manutenção dos patrimônios natural, agrícola, alimentar e cultural desses espaços.

A aplicação desse conceito, em projetos similares, com o propósito de desenvolvimento territorial por meio do turismo de base comunitária, pressupõe trabalhar o empoderamento dos atores e suas capacidades de



transmitir conhecimentos às gerações futuras, de modo a garantir a perpetuação das tradições e a efetividade da sustentabilidade local. O valor daquilo que há de mais autêntico no território passa a fazer sentido quando os próprios indivíduos da localidade desenvolvem essa percepção e passam a se sentir parte da própria paisagem, isto é, compreendem o que é senso de pertencimento.

À luz dos elementos apontados, bem como das observações e reflexões realizadas ao longo da execução do projeto, foi possível estabelecer um conceito adaptado pelos autores às realidades vivenciadas.

O espaço geográfico pode ser entendido como o espaço modificado pela ação humana sobre a natureza; lugar de interação entre elementos naturais e culturais. Portanto, tem relação com lugar, território, região e a própria paisagem (Bonnemaison, 2002).

Com base nesse conceito, seguem algumas considerações metodológicas que podem guiar novas iniciativas desse tipo de experiência para fins de desenvolvimento territorial e inovação social em outras realidades brasileiras.

Paisagens alimentares são espaços geográficos singulares que integram elementos que permitem contar a história do território do ponto de vista das conexões de pessoas a práticas e saberes tradicionais, a símbolos e significados e aos patrimônios cultural, agrícola, alimentar e ambiental. Refletem a construção dos sistemas agroalimentares locais a partir da evolução da dinâmica territorial e social de guardiões da sociobiodiversidade local. As paisagens alimentares evidenciam as funções paisagísticas, ambientais e sociais da agricultura que podem ser compreendidas em vivências compartilhadas por meio do turismo sustentável de base comunitária.





Aspectos metodológicos

O desenvolvimento de paisagens alimentares é uma atividade complexa e multidisciplinar. É necessário contar com o somatório de competências técnicas de diversas áreas do conhecimento, como especialistas em recursos genéticos e ambientais, antropologia, sociologia, história, geografia, administração, economia, turismo, gastronomia, comunicação, entre outras.

É fundamental considerar que as paisagens alimentares estão atreladas ao espaço geográfico, à evolução dos sistemas agroalimentares e às dinâmicas sociais. Isso significa que são construções dinâmicas, sujeitas a transformações ao longo do tempo e do espaço. Por essa razão, as intervenções técnicas em nível territorial devem ser realizadas com essa premissa, e os atores envolvidos precisam ter consciência dessa característica para que os produtos turísticos desenvolvidos possam acompanhar tais mudanças, assegurando a preservação da história local e promovendo o aprimoramento contínuo das narrativas, de modo a refletir as transformações vivenciadas pelas comunidades ao longo do tempo.

Seleção preliminar de paisagens alimentares potenciais

O ponto de partida é identificar potenciais territórios cujas comunidades desejam ingressar na atividade turística, tendo o turismo de base comunitária como referência. É importante frisar que o sucesso de qualquer projeto depende do desejo e do comprometimento das pessoas e, portanto, o investimento de tempo e recursos deve ser direcionado àqueles que realmente estejam dispostos a participar do desafio. Recomenda-se a realização de visitas técnicas prévias para constatar a realidade local, com o cuidado de não gerar expectativas antecipadas, uma vez que a seleção do território deve ser pautada em critérios técnicos e na compreensão das relações institucionais entre os diversos atores do território, sejam eles de instituições públicas ou privadas.

Como referência, no projeto Paisagens Alimentares foram aplicados 20 critérios (Figura 7) agrupados em 4 eixos para avaliar o nível de maturidade dos territórios e das organizações sociais neles inseridos.



Figura 7. Critérios utilizados para seleção dos territórios para desenvolvimento das paisagens alimentares em AL, PE e SE.

Um comitê técnico, composto por especialistas da Embrapa e de instituições parceiras (universidades, governos estaduais e outros), que participou previamente das visitas de reconhecimento, avaliou uma gama

de iniciativas potenciais. Após discussões técnicas sobre os pontos fortes e fracos de cada uma delas, foram atribuídas notas de um a cinco para cada critério. Os resultados, obtidos a partir das médias simples



dos itens de cada eixo, permitiram ordenar as iniciativas com as maiores pontuações. Com isso, foram selecionadas seis experiências em cinco territórios, número condicionado à capacidade operacional da equipe e aos recursos financeiros disponíveis para a execução das atividades dentro do horizonte do projeto.

Uma premissa básica foi trabalhar com grupos minimamente organizados em associações ou cooperativas. Essa condição é importante não apenas para ampliar os impactos positivos do projeto no território, mas também para fortalecer o senso de pertencimento da comunidade e possibilitar que um maior número de pessoas participe ativamente do processo de desenvolvimento territorial em torno do turismo.

Outro ponto relevante refere-se ao levantamento da capacidade institucional instalada no território, que possa contribuir para a construção coletiva das paisagens em nível territorial. Isso significa identificar os atores locais vinculados tanto aos processos produtivos quanto ao trade turístico e compreender as relações existentes entre

Arte: Luciana Fernandes



eles. Tal diagnóstico é fundamental para a construção de uma governança turística alinhada aos princípios e objetivos do projeto.

Desenvolvimento das paisagens alimentares

O desenvolvimento das paisagens alimentares selecionadas deve percorrer as etapas a seguir, que trazem algumas sugestões de variáveis a serem levantadas:

1. Levantamento de dados secundários do território

Revisão de fontes secundárias para compreender a composição da população, composição setorial da economia, estrutura agrária e



de explorações agrícolas, geografia do território a partir de mapas variados (uso do solo, urbanização e acessibilidades, altitude, declives etc.), potencialidades turísticas e estrutura de governança turística. É recomendável realizar entrevistas preliminares para facilitar o processo de compreensão do território. Os dados levantados devem subsidiar o plano de visita ao território visando à sua caracterização final.

2. Diagnóstico territorial

Levantamento dos perfis dos grupos sociais; cultura alimentar e gastronomia local; produtos agroalimentares e formas de cultivo/coleta; oferta turística (atrativos, serviços, infraestrutura de apoio); demanda turística (perfil do turista, motivação de viagem); estudo de mercado turístico; boas práticas de turismo de base comunitária; análise estratégica do território.

3. Caracterização da paisagem

Etapa de imersão no território para realização de entrevistas com atores locais e identificação dos principais elementos levantados nas etapas anteriores, associa-

dos ao sistema agroalimentar e ao turismo. O objetivo é compreender a dinâmica histórica do desenvolvimento dos sistemas agroalimentares locais, a evolução da cultura alimentar local e as relações com a sua exploração no turismo de base comunitária. Uma análise sistêmica, com olhar multidisciplinar, resultará na caracterização da paisagem.

4. Modelagem do produto turístico

O passo seguinte é modelar, de forma participativa e coletiva, as experiências e/ou roteiros turísticos que representem a própria paisagem, que expressem as tradições e a cultura alimentar do território. No projeto, foram utilizadas cinco ferramentas para auxiliar esse processo:

a) **Jornada do turista** - Mapeia as etapas percorridas pelos viajantes, desde o planejamento até a vivência da experiência, identificando oportunidades de melhoria e personalização. Contempla: tomada de consciência do destino (primeiro impacto), planejamento da viagem, reserva com o



empreendimento, vivência da experiência e recomendação.

b) Ficha do produto de experiências

- Detalha as características específicas de cada experiência, incluindo cronograma, descrição do produto, público-alvo, materiais e equipamentos, processo de execução, capacidade operacional, entre outros. Também contempla os aspectos organizacionais das comunidades, com a identificação dos responsáveis pela execução.

c) Processo de precificação - Detalha os custos envolvidos na oferta do produto e orienta o processo de formação de preços adequados ao contexto de cada experiência e comunidade, assegurando valores justos e competitivos.

d) Estratégias de mercado – Define as principais ações mercadológicas

para a promoção do produto turístico, incluindo estratégias de comunicação em redes sociais e de posicionamento de mercado.

e) Cronograma geral – Organiza as ações definidas nesta etapa, identificando responsáveis, prazos e status de execução.

5. Construção do modelo de governança turística sustentável

Na lógica do projeto, a governança turística sustentável representa a gestão coordenada e colaborativa do setor turístico associado ao setor produtivo, especialmente a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais. O modelo deve contemplar o envolvimento de atores públicos, privados e das comunidades locais com o objetivo comum de garantir o equilíbrio do setor, promover o diálogo, definir políticas, monitorar resultados e buscar benefícios econômicos, sociais e ambientais para todas as partes interessadas.



Acima de tudo, deve propor estratégias para ampliar a inserção dos produtos agroalimentares do território nas estruturas de restauração, hospedagem e demais serviços.

6. Elaboração do plano de conservação dinâmica da paisagem

Este plano deve ser construído de forma participativa, no âmbito da estrutura de governança consolidada, visando propor ações integradas para fortalecer a resiliência das paisagens alimentares, com o envolvimento das comunidades locais, instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, institui-

ções de direito privado e da sociedade civil. Mais informações sobre esse plano estão disponíveis neste documento.

7. Elaboração do plano de comunicação e desenvolvimento

As estratégias de comunicação e marketing devem constituir a última etapa, com o objetivo de dar visibilidade aos territórios participantes. Esse plano deve ser elaborado de forma participativa, com representantes das comunidades e da estrutura de governança, buscando potencializar a divulgação do território como um todo.





Referências

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjugação de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, n. 2, p. 185-227, out. 2008. Disponível em: <https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/302/298>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977,

o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 de setembro de 2008.

CASINI, L. **Guida per la valorizzazione della multifunzionalità dell'agricoltura**: per i cittadini, le imprese, le pubbliche amministrazioni. Firenze: Firenze University Press, 2009. 135 p.

EMBRAPA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, DF, 2018. 212 p.

JOHNSTON, J.; BAUMANN, S. **Foodies**: democracy and distinction in the gourmet foodscape. 2. ed. New York: Routledge, 2015.

MORAES, E. A. de; GUERRA, M. F.; MENDONÇA, T. C. DE M.; FENERICH, G. N. Turismo de base comunitária em unidades de conservação de uso sustentável no Brasil: para



pensar práticas de gestão. **Turismo Visão e Ação**, v. 26, jan./dez. 2024. DOI: 10.14210/tva.v26.19133.

ROQUE, A. **Estudo preliminar da cadeia produtiva turismo rural Brasil**. Brasília: IICA Brasil, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3rBApy6>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SANCHES, F. C. **Turismo rural e seus reflexos nos indicadores de sustentabilidade**. Curitiba: Appris, 2017.

VASCONCELOS, P. de A. O conceito de território na Geografia. **GeoTextos**, v. 20, n. 1, jul. 2024. DOI: 10.9771/geo.v0i1.60032.



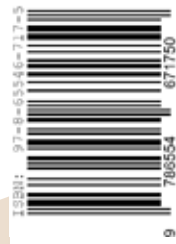
Rede Gráfica
Papel reciclato 120 g
Lombada canoa
Impressão: Offset policromia



Foto: Elias Rodrigues



Patrocínio:



CGPE: 19607